Questões

Estatuto Servidores do Poder Judiciário

01	02	03	04	05	06
07	08	09	10	11	12
13	14	15	16	17	18
19	20	21	22	23	24
25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36
37	38	39	40	41	42
43	44	45	46	47	48
49	50				

QUESTÕES

QUESTÕES PROPOSTAS

Questão 01 (FUNRIO – 2016 – IF-BA - adaptada)

O provimento do cargo público se classifica em

a) direto e indireto.

b) originário e derivado.

c) complementar e suplementar.

d) simples e composto.

e) direcionado e aleatório.

Questão 02 (FUNDEP – 2014 – IF-SP - adaptada)

Um concurso público realizado no âmbito do TJ-PR tem seu prazo fixado em um ano. Considerando que o referido concurso obedece a disciplina da Lei nº 16.024/2008, assinale a alternativa INCORRETA.

a) O concurso poderá ser de provas ou de provas e títulos.

b) O concurso poderá ser prorrogado uma vez por um ano.

c) O prazo do concurso foi fixado no seu edital.

d) A abertura de novo concurso fica condicionada ao término do prazo de validade do concurso a que se refere a questão.

Questão 03 (IBFC – 20104 – SEDS-MG)

Trata-se do "Conjunto de classes que diz respeito a atividades profissionais correlatas ou afins, quanto à natureza do respectivo trabalho ou ao ramo de conhecimento aplicado em seu desempenho". O conceito se refere:

a) À carreira.

b) Ao grau.

c) Aos níveis

d) Ao grupo ocupacional

e) Às classes

Questão 04 (VUNESP – 2013 – MPR-ES)

O efetivo desempenho, pelo servidor público, das atribuições de seu cargo, denomina-se

a) atuação.

b) desenvolvimento.

c) exercício.

d) serviço.

e) função.

Questão 05 (CEPS-UFPA – 2016 – UFRA – ADAPTADA)

Lei nº 16.024/2008 dispõe sobre o regime jurídico dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná. O servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar

a) Apenas 2 (dois) anos de efetivo exercício.

b) 4 (quatro) anos de efetivo exercício e ser aprovado em avaliação de desempenho.

c) Apenas 3 (três) anos de efetivo exercício.

d) 36 (trinta e seis) meses de efetivo exercício e ser aprovado em avaliação de desempenho.

e) 3 (três) anos de efetivo exercício e ser aprovado em avaliação de desempenho.

Questão 06 (NC-UFPR – 2014 – TJ-PR)

Sobre o funcionário técnico judiciário estável, nos termos do Estatuto dos Funcionários do Poder Judiciário, é correto afirmar:

a) Completados 2 (dois) anos de efetivo exercício, o funcionário será considerado estável, podendo ser exonerado somente em razão de condenação criminal transitada em julgado.

b) O funcionário estável pode perder o cargo em razão de inassiduidade habitual, bastando, para seu desligamento, ato motivado de seu superior hierárquico.

c) A avaliação de desempenho constitui condição para aquisição da estabilidade e tem como finalidade avaliar a capacidade e a aptidão do funcionário para o exercício do cargo.

d) O funcionário habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo, ou nomeado para cargo em comissão, adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 3 (três) anos de efetivo exercício.

Questão 07 (NC-UFPR – 2014 – TJ-PR)

A respeito das espécies de provimento do servidor do Poder Judiciário, conforme Estatuto dos Funcionários do Poder Judiciário, numere a coluna da direita de acordo com sua correspondência com a coluna da esquerda.

1. Nomeação.

2. Readaptação.

3. Aproveitamento.

4. Reintegração.

5. Reversão.

( ) É o provimento de funcionário efetivo em cargo de atribuições compatíveis com a sua capacidade física ou mental, derivada de alteração posterior à nomeação e verificada em inspeção médica oficial.

( ) É o retorno de funcionário aposentado ao exercício das atribuições.

( ) É o retorno do funcionário ao exercício das atribuições de seu cargo, ou de cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a demissão por decisão administrativa ou judicial.

( ) É o retorno obrigatório do funcionário em disponibilidade ao exercício de cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

( ) É o chamamento para a posse e para a entrada no exercício das atribuições do cargo público.

Assinale a alternativa que apresenta a numeração correta da coluna da direita, de cima para baixo.

a) 2 – 5 – 3 – 4 – 1.

b) 2 – 5 – 4 – 3 – 1.

c) 3 – 2 – 1 – 4 – 5.

d) 2 – 4 – 3 – 1 – 5.

Questão 08 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

No que diz respeito ao concurso e a posse em cargo público, a Lei Estadual n.º 16.024/2008 prevê

a) Posse é o ato expresso de aceitação das atribuições, dos deveres e das responsabilidades do cargo formalizado com a assinatura do termo pelo empossado e pela autoridade competente.

b) Dependem de posse os casos de promoção, acesso, reintegração e designação para função gratificada.

c) Aquele que não tomar posse no prazo legal será exonerado do cargo.

d) Em todas as hipóteses, o termo será assinado pelo nomeado e pelo Chefe do Poder Executivo.

e) Apenas o chefe do Presidente do TJ é competente para dar posse.

Questão 09 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

Consoante as regras expressas na Lei 16.024/2008, são requisitos apurados no estágio probatório, exceto:

a) idoneidade moral

b) assiduidade

c) capacidade

d) disciplina

e) responsabilidade

Questão 10 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

Estágio probatório é o período de _____ de efetivo exercício, a contar da data do início deste, durante o qual são apurados os requisitos necessários à confirmação do funcionário no cargo efetivo para o qual foi nomeado.

Conforme disposto na Lei 16.024/08, assinale a opção que preenche corretamente a lacuna.

a) 3 anos

b) 36 meses

c) 2 anos

d) 24 meses

e) 3 meses

Questão 11 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

Com base na Lei Estadual n.º 16.024/2008, marque a opção correta

a) O exercício do cargo ou da função terá início no prazo de 60 dias, podendo ser prorrogado por mais 30 dias.

b) Será exonerado o funcionário que não entrar em exercício no prazo legal.

c) A posse terá lugar no prazo de 15 dias da publicação, no órgão oficial de divulgação, do ato de provimento.

d) O funcionário removido, promovido, relotado, requisitado, cedido ou posto em exercício provisório terá 08 (oito) dias de prazo, contados da publicação do ato, para o retorno ao efetivo desempenho das atribuições do cargo em comarca distinta.

e) No caso de remoção, é de 30 (trinta) dias o prazo para entrar no exercício das atribuições do cargo ou da função, contado da data da posse.

Questão 12 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

Para fins de aplicação do Estatuto dos Funcionários do Poder Judiciário do Estado do Paraná, considere:

I - Cargo é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional cometidas a funcionário, identificado pelas características de criação por lei, denominação própria, número certo e pagamento pelos cofres públicos.

II - Os cargos públicos do Poder Judiciário do Estado do Paraná são acessíveis a todos os brasileiros e estrangeiros, preenchidas as condições prescritas em lei e regulamento.

III - Função é conjunto de atribuições vinculadas a determinadas habilitações para o desempenho de tarefas distintas em grau de responsabilidade e de complexidade e será atribuída por ato do Presidente do Tribunal de Justiça.

IV –Nível é a subdivisão interna das classes ao qual se atribui vencimentos próprios fixados em lei. Haverá no máximo 12 (doze) níveis em cada classe.

V - Os cargos de provimento em comissão envolvem atribuições de direção, de assessoramento e de assistência superior e são de livre nomeação e exoneração, satisfeitos os requisitos fixados em lei ou regulamento.

Está correto o que se afirma em

a) I, II e III.

b) II, III E V.

c) I, III e V.

d) II e IV.

e) I e V.

Questão 13 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

De acordo com o Regime Jurídico peculiar aos funcionários civis do Poder Judiciário do Estado do Paraná, são requisitos para o provimento em cargo público

I - ser brasileiro;

II - ser maior de vinte e um anos;

III - haver cumprido as obrigações e os encargos militares previstos em lei;

IV - estar em pleno gozo dos direitos políticos;

V - ter boa conduta;

VI - gozar de boa saúde, mediante declaração de próprio punho;

VII - possuir aptidão para o exercício do cargo;

Estão incorretas

a) Uma opção

b) Duas opções

c) Três opções

d) Quatro opções

e) Nenhuma opção

Questão 14 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

Considere

I - nomeação;

II - promoção;

III - acesso;

IV - transferência;

V - reintegração;

VI - aproveitamento;

VII - readaptação.

De acordo com a Lei Estadual n.º 16.024/2008, são formas de provimento:

a) I, II III, V, VI e VII

b) I, II, III V, VI e VII

c) I, II, IV, V, VI e VII

d) II, IV, V, VI e VII

e) I, II, V, VI e VII

Questão 15 (NC – UFPR – 2017 – UFPR - ADAPTADA)

De acordo com a 16.024/2008 o exercício efetivo no cargo público dar-se-á:

a) obrigatoriamente no ato de assinatura do termo de posse.

b) no máximo até 5 (cinco) dias contados da data da posse.

c) no máximo até 15 (quinze) dias contados da data da posse.

d) no máximo até 30 (trinta) dias contados da data da posse.

e) no máximo até 60 dias, contados da data da posse.

Questão 16 (IDECAN – 2017 – MS – ADAPTADA)

João, servidor efetivo do INSS, foi aprovado em Concurso do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Considerando que esteja em gozo de férias regulares na data de publicação de sua nomeação para o novo cargo efetivo, nos termos da Lei nº 16.024/2008, a posse de João deverá ocorrer em até:

a) 15 dias contados da investidura.

b) 30 dias contados do fim das férias.

c) 30 dias contados do ato de provimento.

d) 15 dias contados da publicação da nomeação.

e) 30 dias contados da publicação da nomeação.

Questão 17 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo professor)

Ao funcionário em estágio probatório não poderá ser concedida licença

a) para tratamento de saúde

b) por motivo de doença em pessoa da família

c) para prestar serviço militar ou outro serviço obrigatório por lei

d) licença gestante

e) para o exercício de mandato político

Questão 18 (INÉDITA – 2017 – Elaborada pelo Autor)

Com base no que dispõe a lei 16.024/2008, assinale a opção que contemple uma forma de vacância aos cargos efetivos.

a) Promoção.

b) Aproveitamento.

c) Recondução.

d) Readaptação.

e) Nomeação.

Questão 19 (FCC – 2009- TCE-GO)

"A pessoa legalmente investida em cargo, de provimento efetivo ou em comissão, com denominação, função e vencimento próprios, número certo e remunerado pelos cofres públicos." Esta definição se refere a

a) empregado público.

b) funcionário público.

c) agente público.

d) particular em colaboração com a Administração.

e) servidor público em sentido amplo.

Questão 20 (FCC – 2009 – MPE-SE - adaptada)

De acordo com a Lei Estadual n.º 16.024/2008, a nomeação de servidor público, em caráter efetivo, far-se-á para cargos

a) efetivos e em comissão, sempre precedida de concurso público.

b) de provimento efetivo ou de carreira, sempre precedida de concurso público.

c) de carreira, efetivos ou funções de confiança.

d) exclusivamente de carreira, precedida ou não de concurso público.

e) permanentes e temporários, precedida de concurso público.

Questão 21 (UFPR – TJ-PR - 2014)

Sobre o funcionário técnico judiciário estável, nos termos do Estatuto dos Funcionários do Poder Judiciário, é correto afirmar:

a) Completados 2 (dois) anos de efetivo exercício, o funcionário será considerado estável, podendo ser exonerado somente em razão de condenação criminal transitada em julgado.

b) O funcionário estável pode perder o cargo em razão de inassiduidade habitual, bastando, para seu desligamento, ato motivado de seu superior hierárquico.

c) A avaliação de desempenho constitui condição para aquisição da estabilidade e tem como finalidade avaliar a capacidade e a aptidão do funcionário para o exercício do cargo.

d) O funcionário habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo, ou nomeado para cargo em comissão, adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 3 (três) anos de efetivo exercício

Questão 22 (UFPR – TJ-PR - 2014)

A respeito das espécies de provimento do servidor do Poder Judiciário, conforme Estatuto dos Funcionários do Poder Judiciário, numere a coluna da direita de acordo com sua correspondência com a coluna da esquerda.

1. Nomeação.

2. Readaptação.

3. Aproveitamento.

4. Reintegração.

5. Reversão.

( ) É o provimento de funcionário efetivo em cargo de atribuições compatíveis com a sua capacidade física ou mental, derivada de alteração posterior à nomeação e verificada em inspeção médica oficial.

( ) É o retorno de funcionário aposentado ao exercício das atribuições.

( ) É o retorno do funcionário ao exercício das atribuições de seu cargo, ou de cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a demissão por decisão administrativa ou judicial.

( ) É o retorno do funcionário ao exercício das atribuições de seu cargo, ou de cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a demissão por decisão administrativa ou judicial.

( ) É o retorno obrigatório do funcionário em disponibilidade ao exercício de cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

( ) É o chamamento para a posse e para a entrada no exercício das atribuições do cargo público.

Assinale a alternativa que apresenta a numeração correta da coluna da direita, de cima para baixo.

a) 2 – 5 – 3 – 4 – 1.

b) 2 – 5 – 4 – 3 – 1.

c) 3 – 2 – 1 – 4 – 5.

d) 2 – 4 – 3 – 1 – 5

Questão 23 (Prof. Felipe Cepkauskas Petrachini)

Considere as seguintes formas de provimento de cargo público e julgue as assertivas corretas, com base no Estatuto do Servidor do Estado do Paraná:

I - Aproveitamento: é o retorno obrigatório do funcionário em disponibilidade ao exercício de cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

II - Reversão é o provimento de funcionário efetivo em cargo de atribuições compatíveis com a sua capacidade física ou mental, derivada de alteração posterior à nomeação e verificada em inspeção médica oficial.

III - Reintegração: é o retorno do funcionário ao exercício das atribuições de seu cargo, ou de cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a demissão por decisão administrativa ou judicial.

IV - Recondução é o retorno de funcionário aposentado ao exercício das atribuições no caso de aposentadoria por invalidez, quando junta médica oficial declarar subsistentes os motivos da aposentadoria;

V - Nomeação: A nomeação é o chamamento para a posse e para a entrada no exercício das atribuições do cargo público.

a) I e II

b) II, III, V

c) I, III, V

d) II e IV

e) II e III

Questão 24 (Prof. Felipe Cepkauskas Petrachini)

É correto afirmar que o Estatuto do Servidor Público do Estado do Paraná prevê expressamente:

a) Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, sendo-lhes reservadas 10% (cinco por cento) das vagas oferecidas no concurso.

b) Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, sendo-lhes reservadas 15% (cinco por cento) das vagas oferecidas no concurso.

c) Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras, sendo-lhes reservadas 20% (cinco por cento) das vagas oferecidas no concurso.

d) Aos afro-descendentes serão reservadas 5% (dez por cento) das vagas oferecidas no concurso.

e) Aos afro-descendentes serão reservadas 10% (dez por cento) das vagas oferecidas no concurso.

Questão 25 (Prof. Felipe Cepkauskas Petrachini)

A posse, conforme o Estatuto do Servidor Judiciário do Estado do Paraná, é o ato expresso de aceitação das atribuições, dos deveres e das responsabilidades do cargo formalizado com a assinatura do termo pelo empossado e pela autoridade competente. Em relação a posse, é incorreto afirmar:

a) A posse ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação da nomeação, prorrogável por até 30 (trinta) dias, a requerimento do interessado ou de seu representante legal e a juízo da Administração.

b) Somente haverá posse nos casos de provimento por nomeação.

c) Somente se dará posse àquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo.

d) Não se admite o ato de posse por procuração com poderes específicos.

e) É ineficaz o provimento se a posse não ocorrer dentro do prazo estabelecido nesta lei.

Questão 26 (Prof. Felipe Cepkauskas Petrachini)

O funcionário estável somente perderá o cargo em virtude de:

I - sentença judicial;

II - decisão em processo administrativo disciplinar;

III - decisão derivada de processo de avaliação periódica de desempenho, na forma da lei complementar estadual, assegurada a ampla defesa;

IV - para corte de despesas com pessoal conforme disposto na Constituição e legislação federal.

Está correto apenas o que se afirma em:

a) II e IV

b) I, III, IV

c) II e III

d) I

e) II, III, IV

Questão 27 (Prof. Felipe Cepkauskas Petrachini)

Constituí forma de vacância segundo o Estatuto Judiciário do Servidor Judiciário do Estado do Paraná:

a) Exoneração

b) Reintegração

c) Recondução

d) Reversão

e) Aproveitamento

Questão 28 (Prof. Felipe Cepkauskas Petrachini)

A respeito da progressão funcional no Estatuto do Servidor Público do Estado do Paraná, julgue as seguintes assertivas:

I) Progressão funcional é a passagem do funcionário de um nível para outro imediatamente superior dentro da mesma classe.

II) O funcionário, para obter a progressão por merecimento, será submetido à avaliação de desempenho anual.

III) Poderá concorrer à progressão por merecimento o funcionário que esteja em disponibilidade

IV) Será conferida progressão funcional para fins de aposentadoria ou pensão caso o funcionário preencha os requisitos legais por ocasião da perda do vínculo com a administração.

É incorreto afirmar, apenas:

a) I e II

b) I e III

c) II e III

d) II e IV

e) III e IV

Questão 29 (Prof. Felipe Cepkauskas Petrachini)

Conforme o Estatuto do Servidor Judiciário do Estado do Paraná, a progressão funcional pode advir por merecimento ou por antiguidade, a respeito desta última, é requisito para sua ocorrência:

a) tenha cumprido o interstício de 01 (um) ano de efetivo exercício no nível em que se encontrava.

b) tenha cumprido o interstício de 02 (dois) ano de efetivo exercício no nível em que se encontrava.

c) não tenha sido apenado nos últimos 03 (três) anos.

d) não esteja cumprindo pena privativa de liberdade.

e) poderá o servidor estar em licença para o trato de interesses particulares

Questão 30 (Prof. Felipe Cepkauskas Petrachini)

O Estatuto do Servidor Judiciário do Estado do Paraná prevê em relação aos vencimentos e remunerações, apenas o contido em:

a) Remuneração é a retribuição pecuniária pelo efetivo exercício do cargo com valor fixado em lei e correspondente ao nível de enquadramento do funcionário.

b) Vencimento é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias estabelecidas em lei.

c) O funcionário perderá 1/2 (metade) da remuneração do dia, se comparecer ao serviço com atraso ou sair antecipadamente.

d) As faltas justificadas decorrentes de caso fortuito ou força maior não precisam ser compensadas.

e) Considera-se atraso o comparecimento ao serviço após o início do expediente até o máximo de uma hora, após o que será lançada falta do respectivo turno

Questão 31 (Prof. Felipe Cepkauskas Petrachini)

Considere os conceitos de vencimento e remuneração previstos no Estatuto do Servidor Judiciário do Estado do Paraná e marque a opção correta:

a) O funcionário poderá perder 25% (vinte e cinco por cento) do valor do vencimento ou da remuneração, no caso de aplicação de pena de suspensão convertida em multa, ficando obrigado a permanecer no serviço.

b) Não incidirá desconto sobre o vencimento ou a remuneração, salvo por imposição legal, ordem judicial ou autorização escrita do funcionário, observando-se que, nesta última hipótese, a consignação do desconto fica a critério da administração pública.

c) As faltas ao serviço, decorrentes de ordens judiciais dirigidas contra o funcionário, implicarão em redução da remuneração a 1/2 (metade) durante o afastamento por motivo de prisão cautelar;

d) As faltas ao serviço, decorrentes de ordens judiciais dirigidas contra o funcionário, implicarão em redução da remuneração a metade durante o afastamento em virtude de decisão condenatória penal da qual não caiba apelação, que não determine a perda do cargo.

e) O funcionário nomeado para cargo de provimento em comissão optará entre o vencimento de tal cargo e a remuneração que recebe em razão de seu cargo efetivo, acrescida em 30% (trinta por cento) do valor símbolo do cargo comissionado

Questão 32 (Prof. Felipe Cepkauskas Petrachini)

Para responder a questão, considere as seguintes assertivas:

I - Compensação das despesas do funcionário que em virtude de promoção, remoção ou relotação muda de domicílio para exercer as suas atribuições em caráter permanente em outra comarca.

II - O funcionário em serviço que se afastar por ordem da Administração Pública da sede de sua lotação, em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional ou para o exterior.

III - Funcionário que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do cargo, conforme dispuser regulamento a ser editado pelo Presidente do Tribunal de Justiça.

As figuras acima são consideradas como:

a) I – Diária; II – Indenização de transporte; III – Ajuda de Custo

b) I – Diária; II – Ajuda de Custo; III – Indenização de transporte

c) I – Indenização de transporte; II – Ajuda de Custo; III - Diária

d) I – Ajuda de Custo; II – Diária; III – Indenização de transporte

e) I – Ajuda de Custo; II - Indenização de transporte; III – Diária

Questão 33 (Prof. Felipe Cepkauskas Petrachini)

Pedro, servidor judiciário do Estado do Paraná, completou o período aquisitivo necessário para gozar de suas férias, contudo, o Diretor do cartório onde trabalhava solicitou que Pedro não tirasse suas férias devido ao acúmulo de serviços. Analise a situação e responda:

a) É possível que Pedro não tire férias por acumulo de serviço que podem ser cumuladas por até 04 (quatro) período;

b) É possível que Pedro não tire férias por acumulo de serviço que podem ser cumuladas por até 02 (dois) períodos

c) É possível que Pedro não tire férias por acumulo de serviço que podem ser cumuladas por até 03 (três) períodos

d) É possível que Pedro não tire férias, podendo a cumulação ser estendida enquanto a necessidade de serviço recomendar, sem limitação.

e) Não é possível que Pedro deixe de tirar férias sob o fundamento de acúmulo de serviço

Questão 34 (Prof. Felipe Cepkauskas Petrachini)

Quanto ao período de férias dos servidores judiciários do Estado do Paraná, assinale a alternativa incorreta:

a) 30 (trinta) dias corridos, quando não houver faltado ao serviço por mais de 05 (cinco) vezes no período aquisitivo;

b) 24 (vinte e quatro) dias corridos, quando houver tido de 06 (seis) a 14 (quatorze) faltas no período aquisitivo;

c) 18 (dezoito) dias corridos, quando houver tido de 15 (quinze) a 23 (vinte e três) faltas no período aquisitivo;

d) 12 (doze) dias corridos, quando houver tido de 24 (vinte e quatro) a 30 (trinta) faltas no período aquisitivo.

e) Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos 12 (doze) meses de efetivo exercício

Questão 35 (Prof. Felipe Cepkauskas Petrachini)

O Estatuto do Servidor Judiciário do Estado do Paraná estabelece prazos prescricionais diversos, julgue os itens e aponte a alternativa incorreta:

a) O direito de peticionar prescreve em 05 (cinco) anos, a contar dos atos que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações com a administração do Poder Judiciário;

b) O direito de peticionar prescreve em 02 (dois) anos, a contar da demissão, da cassação de aposentadoria ou da cassação de disponibilidade;

c) O direito de peticionar prescreve em 120 (cento e vinte) dias, nos que não possuem prazo próprio, salvo quando outro prazo for fixado em lei.

d) O prazo de prescrição será contado da data da publicação do ato impugnado ou da data da ciência pelo interessado quando se der antes da publicação.

e) O pedido de reconsideração e o recurso, mesmo quando cabíveis, não interrompem a prescrição

Questão 36 (Prof. Felipe Cepkauskas Petrachini)

O processo administrativo disciplinar poderá ser revisto, se requerido pelo apenado que argumentar a existência de novas provas que impliquem na diminuição da penalidade ou na exclusão de responsabilidade funcional. O prazo para que o processo seja revisto será de:

a) 6 meses do transito em julgado da decisão que aplicou a pena

b) 1 ano do transito em julgado da decisão que aplicou a pena

c) 2 anos do transito em julgado da decisão que aplicou a pena

d) 4 anos do transito em julgado da decisão que aplicou a pena

e) 5 anos do transito em julgado da decisão que aplicou a pena

Questão 37 (AUTORIA PRÓPRIA)

O concurso público é de provas ou de provas e títulos e terá validade de até __

anos, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período

a) 02

b) 03

c) 04

d) 05

e) 06

Questão 38 (AUTORIA PRÓPRIA)

Preencha a lacuna com o prazo correto:

Ao entrar em exercício, o funcionário nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de __ meses.

fatores:

a) 12

b) 24

c) 36

d) 48

e) 60

Questão 39 (AUTORIA PRÓPRIA)

Preencha a lacuna com o prazo correto:

O funcionário removido, promovido, relotado, requisitado, cedido ou posto em exercício provisório terá __ dias de prazo, contados da publicação do ato, para o retorno ao efetivo desempenho das atribuições do cargo na mesma comarca

a) 02

b) 04

c) 08

d) 12

e) 14

Questão 40 (AUTORIA PRÓPRIA)

Preencha as lacunas com as informações corretas:

A jornada de trabalho dos servidores do Poder Judiciário é de __ horas diárias e de __ horas semanais, facultada a fixação de __ horas ininterruptas

a) 7 – 35 - 6

b) 8 – 40 - 7

c) 8 – 40 - 6

d) 8 – 36 - 6

e) 7 – 36 - 6

Questão 41 (AUTORIA PRÓPRIA)

Preencha a lacuna com o prazo correto:

Vagando cargo, o Presidente do Tribunal autorizará a expedição de edital com prazo de __ dias convocando os interessados à remoção ou à promoção

a) 02

b) 03

c) 05

d) 07

e) 09

Questão 42 (AUTORIA PRÓPRIA)

Preencha a lacuna com o prazo correto:

Nos casos de impedimentos superiores a __ dias, o funcionário ocupante do cargo de provimento em comissão ou de função gratificada será substituído

a) 02

b) 04

c) 05

d) 08

e) 10

Questão 43 (AUTORIA PRÓPRIA)

Preencha a lacuna com o lapso temporal correto:

Ao completar ___ anos de efetivo exercício, o funcionário terá direito ao acréscimo aos vencimentos do nível de seu cargo de 5% (cinco por cento) por ano excedente, até o máximo de 25% (vinte e cinco por cento), contados de forma linear

a) 15

b) 20

c) 25

d) 30

e) 35

Questão 44 (AUTORIA PRÓPRIA)

Preencha a lacuna com o lapso temporal correto:

Após cada ___ de efetivo exercício, o funcionário ocupante de cargo efetivo poderá, no interesse e a critério da administração, licenciar-se com a respectiva remuneração, por até 03 (três) meses, para participar ou completar requisitos de curso de capacitação profissional correlatos às responsabilidades e às atribuições do cargo que ocupa

a) ano

b) biênio

c) triênio

d) quinquênio

e) decênio

Questão 45 (AUTORIA PRÓPRIA)

Preencha a lacuna com o lapso temporal correto:

O funcionário estável que durante __ anos não se afastar do exercício de suas funções terá direito à licença especial de 06 (seis) meses, por decênio, com percepção de vencimento ou remuneração

a) 05

b) 10

c) 15

d) 20

e) 25

Questão 46 (AUTORIA PRÓPRIA)

Preencha a lacuna com o lapso temporal correto:

A licença para casamento será concedida por até:

a) 02 dias

b) 04 dias

c) 08 dias

d) 10 dias

e) 12 dias

Questão 47 (AUTORIA PRÓPRIA)

Preencha a lacuna com a data correta:

O Dia do Funcionário Público do Poder Judiciário será comemorado em:

a) 18/05

b) 18/04

c) 28/04

d) 28/10

e) 28/05

Questão 48 (AUTORIA PRÓPRIA)

Preencha a lacuna com o lapso temporal correto:

Não poderá concorrer à progressão por merecimento o funcionário que tenha sofrido qualquer tipo de penalidade nos últimos __ anos

a) 2

b) 3

c) 4

d) 5

e) 6

Questão 49 (AUTORIA PRÓPRIA)

Preencha a lacuna com o prazo correto:

É de __ dias o prazo para entrar no exercício das atribuições do cargo ou da função, contado da data

a) 10

b) 20

c) 30

d) 40

e) 45

Questão 50 (AUTORIA PRÓPRIA)

Preencha a lacuna com o prazo correto:

O decreto de reintegração será expedido no prazo máximo de __ dias

a) 10

b) 20

c) 30

d) 40

e) 45

GABARITOS

01	02	03	04	05	06
B	D	D	C	C	C
07	**08**	**09**	**10**	**11**	**12**
B	A	A	B	B	C
13	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**
C	E	E	B	D	A
19	**20**	**21**	**22**	**23**	**24**
B	B	C	B	C	E
25	**26**	**27**	**28**	**29**	**30**
D	A	A	C	D	E
31	**32**	**33**	**34**	**35**	**36**
C	D	B	D	A	C
37	**38**	**39**	**40**	**41**	**42**
A	C	C	B	C	E
43	**44**	**45**	**46**	**47**	**48**
D	D	B	C	D	A
49	**50**				
C	C				